

Auxílio emergencial

portalibre.fgv.br/navegacao-superior/noticias/auxilio-emergencial.htm



Com a possibilidade, sinalizada pelo Governo Federal, de estender o auxílio emergencial de R\$ 600 para além dos três meses, e a grande quantidade de projetos de lei na Câmara que propõem de aumento de prazo e valores a tornar esse auxílio permanente (até o início de maio, eram mais de 50), é urgente trabalhar no aprimoramento dessa política. O alerta foi dado por Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da FGV, na edição de maio da Conjuntura Econômica.

Para Neri, é importante que se comece a pensar em formas de filtrar esse benefício, para que, confirmada sua prorrogação, ele passe para uma ação similar ao Bolsa Família, de benefícios maiores aos de menor renda. “A prioridade, no primeiro momento, foi atender rapidamente. Agora, o importante é reavaliar o processo, para que se consiga manter a ajuda por mais tempo, a quem mais precisa”, afirma. Tal como apontado na **Carta do IBRE de maio**, a distribuição homogênea do benefício promovida pelo auxílio gerou casos em que este mais que recompõe a perda familiar causada pelos efeitos da pandemia. Ele dá como exemplo o aumento temporário no Bolsa Família – que saltou de um benefício médio de R\$ 190 para até R\$ 1,2 mil, no caso de lares monoparentais liderados por mulheres. “No caso do Bolsa Família, vale lembrar que o benefício regular estava 18,8% depreciado em termos reais em relação a 2014, fator que colaborou, além da recessão, para o aumento da extrema pobreza nos últimos anos. Mas agora chegamos a valores que serão difíceis de sustentar”, afirma.

Neri alerta o risco de as negociações sobre a extensão desse benefício caírem em erros passados, de transformar ações anticíclicas transitórias em permanentes, que geraram o problema fiscal com que hoje nos degladiamos. “A ampliação do critério de elegibilidade do BPC -- de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo – que saiu em meio a esse pacote – mas que nada

tem a ver com a pandemia, é um desses eventos de livro-texto daquilo que não se deve fazer, mas que já aconteceu”, diz. “Quando se entra na discussão de que o auxílio emergencial seria o primeiro passo para uma renda mínima universal, arrisca-se outro erro gerado a partir de bons motivos”, afirma defendendo que qualquer extensão de benefícios assistenciais deveria acontecer dentro do Bolsa Família, “cuja tecnologia já se mostrou efetiva”.

E como agir? Para Marcelo Neri, o primeiro passo é consertar, onde for possível, o equívoco do governo na comunicação dessas medidas. “O correto, desde o início do programa, seria valorizar a entrega desse benefício, apontando que esse esforço foi feito para que as pessoas permaneçam em suas casas”, afirma, lembrando que a atitude do presidente Bolsonaro, entretanto, foi na contramão dessa ordem. Para o planejamento de uma possível segunda etapa do coronavoucher, Neri aconselha, como passo inicial, o uso das informações já disponíveis no Cadastro Único -- que abrange 76,4 milhões de pessoas -- para reestruturar o modelo de benefício. Ele também sugere a retomada de um projeto antigo, de usar o título de eleitor como um número universal de identificação da população. “Isso permitiria a checagem biométrica, que pode ser feita remotamente, atendendo às necessidades de distanciamento da pandemia, bloqueando desvio”, explica. E, como complemento, estimular a ampliação do microcrédito. “A MP da carteira de trabalho verde-amarela (que caducou em abril, sem votação) chegou a incentivar esse instrumento, ainda que superdimensionando a capacidade de ampliação no curto prazo. Mas a direção é correta, pois uma coisa é a rede de proteção social, e outra é dar um trampolim para as pessoas voltarem à altura em que estavam antes.”

[Leia a íntegra desta matéria na Conjuntura Econômica de maio](#)